

# COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SEFOT



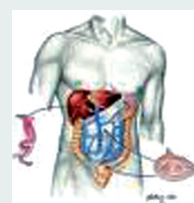
## Relatório 2008

Previdência Social

Família

Saúde

Assistência Social





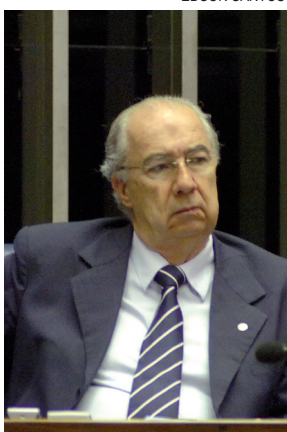
# COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

GILBERTO NASCIMENTO



**Jofran Frejat (PR-DF)**  
**Presidente**

EDSON SANTOS



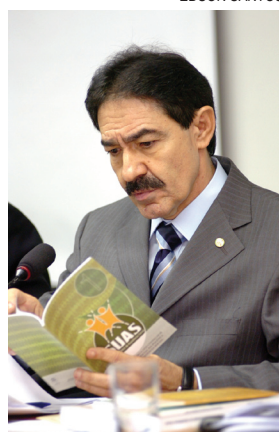
**Rafael Guerra (PSDB-MG)**  
**1º Vice-presidente**

CEFOT



**Maurício Trindade (PR-BA)**  
**2º Vice-presidente**

EDSON SANTOS



**Raimundo G. de Mattos (PSDB-CE)**  
**3º Vice-presidente**





# COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

2008

**Presidente:** Jofran Frejat (PR-DF)

**Primeiro Vice-Presidente:** Rafael Guerra (PSDB-MG)

**Segundo Vice-Presidente:** Maurício Trindade (PR-BA)

**Terceiro Vice-Presidente:** Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE)

## TITULARES

- 01 - Aline Corrêa - **PP-SP** (Gab. 511-IV)
- 02 - André Zacharow - **PMDB-PR** (Gab. 820-IV)
- 03 - Angela Portela - **PT-RR** (Gab. 808-IV)
- 04 - Antonio Bulhões - **PMDB-SP** (Gab. 327-IV)
- 05 - Armando Abílio - **PTB-PB** (Gab. 805-IV)
- 06 - Arnaldo Faria de Sá - **PTB-SP** (Gab. 929-IV)
- 07 - Chico D'angelo - **PT-RJ** (Gab. 760-IV)
- 08 - Cida Diogo - **PT-RJ** (Gab. 402-IV)
- 09 - Darcísio Perondi - **PMDB-RS** (Gab. 518-IV)
- 10 - Dr. Talmir - **PV-SP** (Gab. 454-IV)
- 11 - Eduardo Barbosa - **PSDB-MG** (Gab. 540-IV)
- 12 - Geraldo Resende - **PMDB-MS** (Gab. 905-IV)
- 13 - Germano Bonow - **DEM-RS** (Gab. 605-IV)
- 14 - Henrique Afonso - **PT-AC** (Gab. 440-IV)
- 15 - João Bittar - **DEM-MG** (Gab. 952-IV)
- 16 - Jofran Frejat - **PR-DF** (Gab. 414-IV)
- 17 - José Linhares - **PP-CE** (Gab. 860-IV)
- 18 - Leandro Sampaio - **PPS-RJ** (Gab. 471-III)
- 19 - Mário Heringer - **PDT-MG** (Gab. 212-IV)
- 20 - Maurício Rands - **PT-PE** (Gab. 256-IV)
- 21 - Maurício Trindade - **PR-BA** (Gab. 456-IV)
- 22 - Mauro Nazif - **PSB-RO** (Gab. 948-IV)
- 23 - Nazareno Fonteles - **PT-PI** (Gab. 825-IV)
- 24 - Paulo Rubem Santiago - **PDT-PE** (Gab. 229-IV)
- 25 - Rafael Guerra - **PSDB-MG** (Gab. 239-IV)
- 26 - Raimundo G. de Matos - **PSDB-CE** (Gab. 725-IV)
- 27 - Ribamar Alves - **PSB-MA** (Gab. 729-IV)
- 28 - Rita Camata - **PMDB-ES** (Gab. 836-IV)
- 29 - Roberto Britto - **PP-BA** (Gab. 733-IV)
- 30 - Ronaldo Caiado - **DEM-RJ** (Gab. 227-IV)
- 31 - Saraiva Felipe - **PMDB-MG** (Gab. 429-IV)
- 32 - Solange Almeida - **PMDB-RJ** (Gab. 742-IV)
- 33 - Tonha Magalhães - **PR-PB** (Gab. 611-IV)

## SUPLENTE

- 01 - Alcení Guerra - **DEM-PR** (Gab. 528-IV)
- 02 - Andreia Zito - **PSDB-RJ** (Gab. 636-IV)
- 03 - Antonio Cruz - **PP-MS** (Gab. 325-IV)
- 04 - Clodovil Hernandez - **PR-SP** (Gab. 422-IV)
- 05 - Dr. Nechar - **PV-SP** (Gab. 445-IV)
- 06 - Dr. Pinotti - **DEM-SP** (Gab. 525-IV)
- 07 - Dr. Rosinha - **PT-PR** (Gab. 474-III)
- 08 - Fernando Coruja - **PPS-SC** (Gab. 245-IV)
- 09 - Geraldo Pudim - **PMDB-RJ** (Gab. 565-III)
- 10 - Geraldo Thadeu - **PPS-MG** (Gab. 248-IV)
- 11 - Gorete Pereira - **PR-CE** (Gab. 206-IV)
- 12 - Guilherme Menezes - **PT-BA** (Gab. 743-IV)
- 13 - Índio da Costa - **DEM-RJ** (Gab. 441-IV)
- 14 - Íris de Araújo - **PMDB-GO** (Gab. 530-IV)
- 15 - Janete Rocha Pietá - **PT-SP** (Gab. 578-III)
- 16 - Jô Moraes - **PCdoB-MG** (Gab. 322-IV)
- 17 - João Campos - **PSDB-GO** (Gab. 315-IV)
- 18 - Jorge Tadeu Mudalen - **DEM-SP** (Gab. 538-IV)
- 19 - Lelo Coimbra - **PMDB-ES** (Gab. 801-IV)
- 20 - Leonardo Vilela - **PSDB-GO** (Gab. 934-IV)
- 21 - Luiz Bassuma - **PT-BA** (Gab. 626-IV)
- 22 - Manato - **PDT-ES** (Gab. 280-III)
- 23 - Marcelo Castro - **PMDB-PI** (Gab. 811-IV)
- 24 - Mário Negromonte - **PP-BA** (Gab. 345-IV)
- 25 - Miguel Martini - **PHS-MG** (Gab. 758-IV)
- 26 - Neilton Mulim - **PR-RJ** (Gab. 639-IV)
- 27 - Nice Lobão - **DEM-MA** (Gab. 215-IV)
- 28 - Pastor Pedro Ribeiro - **PMDB-CE** (Gab. 342-IV)
- 29 - Pepe Vargas - **PT-RS** (Gab. 545-IV)
- 30 - Sebastião Madeira - **PSDB-MA** (Gab. 405-IV)
- 31 - Simão Sessim - **PP-RJ** (Gab. 709-IV)
- 32 - Thelma de Oliveira - **PSDB-MT** (Gab. 524-IV)
- 33 - Valtenir Pereira - **PSB-MT** (Gab. 473-III)

**Secretário:** Lin Israel Costa dos Santos

**Endereço:** Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145

**Telefones:** (61) 3216-6784 - 6785 - 6786

**Fax:** (61) 3216-6790

Atualizado em 09/12/08



## CORPO TÉCNICO

Lin Israel Costa dos Santos	Secretário de Comissão
Ronaldo César da Silveira	Assistente de Comissão
Maria do Socorro Diniz da Cruz	Assistente de Comissão
Eliane de Souza Cavalcanti Gontijo	Assistente de Comissão
Ricardo de João Braga	Assistente de Comissão
Maura Frota Lopes	Encarregada de Setor
Everaldo Feitosa Costa	Encarregado de Setor
Roberta de Aguiar C. Mascarenha	Encarregada de Setor
Antônio Alves Ferreira júnior	Assessor de Imprensa
Cláudia Ribeiro Vieira de Mello	Secretária da Presidência
Mônica Souza Ferreira	Assessora da Presidência
José Carlos Pereira	Analista Legislativo
Honejohnny Pereira da Silva	Técnico Legislativo
Claudeth Lemos Ribeiro	Assessora da Presidência
Geter Borges de Sousa	Assessora da Presidência
Helizete Rodrigues de Lima	Assessora da Presidência
Bruno Wider	Assessora da Presidência
Esley Gomes De Souza	Pró-adolescente
Luanda dos Santos Alcântara	Pró-adolescente



## SUMÁRIO

I - APRESENTAÇÃO	11
II - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	13
II.1 - Audiências conjuntas	21
III - SEMINÁRIOS	22
IV - PROPOSIÇÕES APRECIADAS NA COMISSÃO	
IV.1 - Aprovadas	24
IV.2 - Rejeitadas	33
V - EMENDAS DA COMISSÃO	
V.1 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	36
V.2 - Lei Orçamentária Anual – LOA	38
VI - EDIÇÕES DO PLENÁRIO 7	39
VII - QUADRO ESTATÍSTICO E GRÁFICOS	41







## I - APRESENTAÇÃO

Deputado Jofran Frejat (PR-DF)

A Comissão de Seguridade Social e Família possui importantes atribuições no âmbito do sistema político brasileiro, tanto na formulação de políticas públicas de sua competência, quanto no debate político que se faz internamente na Câmara dos Deputados e com os outros poderes da União.

O ano de 2008 foi marcado pela postura firme desta presidência em discutir e votar temas polêmicos, os quais, em alguns casos, permaneciam sem decisão há muitos anos. Se a discussão é o meio de acordo e de construção de consensos possíveis, foi preciso coragem para enfrentar a discordância quando ela ocorreu, pois a sociedade é plural e divergente. Transparência, respeito ao debate e às regras regimentais foram a base sólida sobre a qual foi possível avançar. O papel do Poder Legislativo se dá pela disposição ativa de seus integrantes em zelar pelas suas prerrogativas e utilizá-las de forma a corresponder às expectativas dos eleitores que lhes confiaram um mandato.

Neste ano, não tivemos um grande volume de propostas apreciadas pela Comissão, devido ao período eleitoral. Mesmo assim, foram realizadas cinquenta e cinco reuniões, sendo trinta e duas ordinárias e vinte e duas audiências públicas, além de três seminários. A Comissão também realizou – em parceria com outras comissões permanentes sete audiências públicas. Foram apreciadas cento e setenta e nove proposições e sessenta e cinco requerimentos.

### **Descriminalização do aborto**

O que há de se destacar, entretanto, é a importância dos projetos apreciados. Depois de dezessete anos sem decisão, a Comissão discutiu e rejeitou o projeto sobre o aborto, proposta que já vinha sendo objeto de decisões judiciais, inclusive no Supremo Tribunal Federal. Todos tivemos oportunidade de discutir o tema. O debate foi privilegiado e a votação marcada pela mais estrita observância do Regimento Interno, o que se constituiu numa manifestação legítima do papel de um representante do povo.

Tema importante aqui deliberado foi a questão dos médicos formados em Cuba. Matéria pertinente a milhares de estudantes. Estende-se sobre questões de acesso à saúde pública, às relações diplomáticas com nossa nação amiga e também às disputas ideológicas de direita/esquerda na política nacional. Deliberamos sobre a matéria, e como resultado apresentamos alentada Indicação ao Poder Executivo, com a posição desta Comissão sobre a melhor forma de encaminhar as questões de saúde pública em acordos internacionais.

No ano marcado pela comemoração dos vinte anos da promulgação da “Constituição Cidadã”, foi possível realizar novo avanço dos direitos sociais das mulheres, como o aumento da licença maternidade para seis meses, matéria aprovada rapidamente nesta Comissão.

### **Extinção do Fator Previdenciário**

Na previdência social enfrentamos uma questão crucial para os interesses dos aposentados brasileiros, o uso do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias. Entendemos por unanimidade que não se trata de uma fórmula justa e assim votamos pela sua extinção. Buscamos respeitar as expectativas legítimas dos futuros beneficiários e resgatar o justo direito dos atuais aposentados.

### **Financiamento da Saúde**

A falta de recursos financeiros para a Saúde no Brasil é um problema conhecido entre parlamentares, gestores e usuários, e o ano de 2008 foi de grande movimentação política nesta questão, especificamente quanto à regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, a qual infelizmente ainda não está concluída. A Comissão de Seguridade Social e Família, além de ter aprovado de forma ágil a regulamentação, foi o cenário do debate e organização dessas forças políticas em busca de uma base mais sólida e permanente de recursos.

Um movimento atual importante na gestão da política de saúde é a ingerência cada vez maior das instâncias judiciais na esfera administrativa - conhecida como judicialização da Saúde. Se positiva ou negativa, esta é uma questão em aberto entre nós. Além dos vários debates na discussão de proposições pertinentes ao tema, foi importante a votação do projeto que trata da responsabilidade sanitária dos agentes públicos. Neste, buscou-se regulamentar as obrigações e direitos dos gestores das políticas públicas de saúde e dar mais clareza ao planejamento e à execução das ações.

Diante dos desafios presentes na realidade brasileira, parece-nos pouco o trabalho que desenvolvemos este ano. No entanto, acreditamos ter exercido de forma adequada o papel que o cidadão nos delegou na defesa da Seguridade Social e dos direitos de família.

Agradeço aos dedicados funcionários e a todos os integrantes desta Comissão o empenho na busca da construção de uma saúde pública de qualidade, uma assistência universal e a garantia plena dos direitos da família.

**Deputado Jofran Frejat**

*Presidente da Comissão*

## II - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

### 1 - “Debater questões sobre a situação da saúde no Brasil, com ênfase para a prevenção da Doença Renal “.



ELTON BOMBIM

**Data:** 13/03/2008

**Autor do Requerimento:** Deputados Ribamar Alves e Rafael Guerra

**Convidados:** Coordenador de Média e Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Joselito Pedrosa; Reitor da Universidade Federal do Maranhão e Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, Natalino Salgado Filho; Presidente da Frente Parlamentar da Saúde da Câmara dos Deputados, Deputado Darcisio Perondi; e o Presidente da Sociedade Brasileira de Nefrologia, Jocemir Lugon.

Na audiência foram apresentados dados alarmantes sobre doenças renais no Brasil, sobretudo o aumento dos casos diagnosticados e a demanda que se apresenta reprimida no SUS, tanto para tratamento de diálise quanto de transplantes. Enfatizou-se que a falta de recursos financeiros no SUS é causa fundamental do quadro problemático.

### 2 - “Discutir a Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social, concedida pelo CNAS e debater o Projeto de Lei 3021/2008, do Poder Executivo “.



SEFOT

**Data:** 02/04/2008

**Autor do Requerimento:** Deputado Raimundo Gomes de Matos

**Convidados:** Ministro de Estado da Previdência Social, Luiz Marinho; Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ana Ligia Gomes; Diretor do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Alberto Beltrame; Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, Simone Aparecida Albuquerque; e o Procurador da República no Distrito Federal, Pedro Antonio de Oliveira Machado.

A audiência tratou do Projeto de Lei que reestrutura o setor filantrópico no Brasil. Os participantes consideraram que a atividade filantrópica no Brasil nas áreas de saúde, assistência e educação é de relevante alcance social e que a concessão de certificados, as isenções tributárias e a fiscalização precisam ser repensadas, a fim dos processos serem mais céleres e também mais rigorosos.

### 3 - “Discutir e debater a economia da saúde nos cenários público e privado”



ELTON BOMBIM

**Data:** 10.04/2008

**Autor do Requerimento:** Deputado Dr. Nechar

**Convidados:** Professor Doutor de Fisiologia e Epidemiologia Clínica da Faculdade de Medicina da Univille/SC, Carlos Augusto Cardim de Oliveira; Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Dirceu Raposo de Mello; Juíza do TJ/RJ e Tesoureira da Mútua dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, Márcia Cunha Silva de Araújo Carvalho; e o Presidente da Sociedade Brasileira de Cancerologia, Roberto Porto. Fonseca.

A audiência, de temática ampla, estendeu-se por vários aspectos do setor saúde. Destacaram-se tanto a limitação de recursos que o Estado e a sociedade brasileira dedicam ao setor quanto a própria conscientização dos atores públicos e consumidores dos serviços quanto às opções disponíveis. Referências importantes para os debates foram o montante de gastos nacionais per capita preconizado para se ter bons serviços de saúde, os planos originais para o setor presentes na Constituição Federal de 1988 e as novas características da população que aumentam os gastos com o setor, como o envelhecimento da população e o aumento das doenças crônicas.

#### 4 - “Debater a PEC 233/2008 (Reforma Tributária) no que se refere a revogação de dispositivos constitucionais que tratam do financiamento da Seguridade Social”.

EDSON SANTOS

**Data:** 17.04.2008**Autora do Requerimento:** Deputada Rita Camata

**Convidados:** Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy; Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, Fernando Gaiger Silveira; Diretor de Programas da Área de Economia da Saúde e Desenvolvimento do Ministério da Saúde, Elias Antonio Jorge; e o Professor da Fundação Getúlio Vargas - FGV, Fernando Antonio Rezende da Silva.

A audiência procurou debater os efeitos da Reforma Tributária no financiamento da Saúde e da Assistência Social. Para os representantes do governo as opções presentes na PEC resguardam os recursos hoje direcionados ao setor. Os parlamentares, pelo contrário, apresentaram sérias restrições, mostrando-se sobretudo preocupados com a instabilidade e insuficiência de recursos para a Seguridade Social, em especial para a área da Saúde.

#### 5 - “Discutir a necessidade de realização da reestruturação do serviço social no INSS e a realização de concurso público”

SEFOT

**Data:** 24.04.08**Autor do Requerimento:** Deputado Raimundo Gomes de Matos

**Convidados:** Benedito Adalberto Brunca, Vice-Presidente e Coordenador de Benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social, representando também o Ministério da Previdência; Maria José de Freitas, Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e Ivanete Boschetti, Presidente do Conselho Federal de Serviço Social.

Todos os participantes foram unânimes em enfatizar a importância da carreira de Serviço Social para o bom desempenho das atividades do Instituto Nacional do Seguro Social, por ser esse órgão o responsável pela operacionalização do pagamento dos benefícios assistenciais da Lei Orgânica da Assistência Social. Os pontos centrais da discussão foram a precariedade do atual quadro profissional do INSS no que toca aos profissionais de serviço social e a necessidade urgente de realização de novos concursos.

#### 6 - “Discutir o surto da dengue no município do Rio de Janeiro, bem como Baixada e Norte Fluminense, os riscos de sua proliferação a outras áreas do Estado e até mesmo às demais unidades da Federação, bem como a vigilância, prevenção e o combate da enfermidade em âmbito local, estadual e nacional”

GILBERTO NASCIMENTO

**Data:** 29/04/08**Autora do Requerimento:** Deputada Andréia Zito

**Convidados:** Coordenador Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Giovanini Evelim Coelho; Infectologista do Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas e Representante da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, José Cerbino Neto; Secretário Municipal de Saúde de Duque de Caxias/RJ, Oscar Berro; Superintendente de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, Victor Berbara; e a Coordenadora de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu/RJ, Virginia Serqueira Moreira,.

Os convidados da audiência apresentaram informações técnicas sobre o surto de dengue na região do Rio de Janeiro, sobretudo a dinâmica das várias cepas dos vírus no Brasil e Américas. Discutiram-se também as ações públicas relacionadas ao combate à epidemia em caráter emergencial e de forma estrutural, como conscientização popular, melhor monitoramento no setor de saúde e pulverizações.



## 7 - “Discutir o surto de Dengue no País”

GILBERTO NASCIMENTO

**Data:** 06.05.2008**Autor do Requerimento:** Deputado Germano Bonow**Convidados:** Ministro de Estado da Saúde, José Gomes Temporão.

Na audiência, o Ministro apresentou o histórico recente e os determinantes da expansão da dengue no Brasil - a falta d'água diária, o lixo urbano com destino inadequado, a rápida dispersão e a mobilidade da população e do fluxo de turistas; ressaltou a necessidade de ação intersetorial coordenada para que o trabalho das três esferas de governo consigam o resultado esperado e apresentou um resumo das principais ações do Ministério da Saúde em 2007 e de janeiro a abril de 2008; abordou o Levantamento de Índice Rápido de Infestação por *Aedes Aegypti* - Liraa - e as principais medidas tomadas para o combate à dengue nos Estados do Rio de Janeiro, Ceará, Sergipe, Paraíba e Bahia. Finalizou sua exposição ressaltando a necessidade de sanar as questões referentes ao abastecimento d'água e ao encaminhamento adequado do lixo urbano, da necessidade de educação, conscientização e mobilização de toda a população e de uma rede de atenção primária forte e organizada.

## 8 - “Discutir o PL n.º 21/07, de autoria do Deputado Dr. Rosinha, que dispõe sobre a responsabilidade sanitária dos agentes públicos e a aplicação de penalidades administrativas”

EDSON SANTOS

**Data:** 08.05.2008**Autores do Requerimento:** Deputado Dr. Rosinha e Germano Bonow

**Convidados:** Procurador de Justiça e Coordenador das Promotorias de Saúde Pública do Estado do Paraná, Marco Antonio Teixeira; Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS, José Veloso Souto Júnior; Coordenador de Núcleos do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, Renê Santos; e a Coordenadora de Legislação e Normas da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde, Aline Albuquerque Sant'anna de Oliveira.

Os convidados à audiência enfatizaram a necessidade de se incrementar o arcabouço legal da área da saúde em relação à definição, fiscalização e controle dos gastos em saúde, com ênfase para a criação de instrumentos punitivos e disciplinadores. A regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que direciona mais recursos para o setor de saúde no Brasil, foi também discutida. Embora tenha sido ressaltada sua importância, houve divergência quanto à necessidade ou não de regulamentação da Emenda em momento anterior à aprovação do PL 21/07.

## 9 - “Discutir a inclusão de cirurgiões-dentistas nas equipes multiprofissionais das Unidades de Terapia Intensiva - UTIs dos hospitais brasileiros.”

DIÓGENES SANTOS

**Data:** 15.05.2008**Autor do Requerimento:** Deputado Neilton Mulin

**Convidados:** Assessor da Coordenação Geral de Saúde Bucal da Secretaria de Assistência em Saúde do Ministério da Saúde, Alexandre Deitos; Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo – USP, Maria Christina Brunetti; Mestre em Clínica Odontológica Integrada da Universidade de São Paulo – USP, TERESA Márcia Nascimento de Moraes; Coordenadora do Serviço de Atenção Odontológica ao Paciente Especial da Prefeitura de Porto Alegre, Fernanda Franco; Mestre Doutor em Odontologia Legal e em Radiologia e Imaginologia Odontológica, Casimiro Abreu Possante de Almeida;

Os participantes da audiência argumentaram que é necessária e eficiente a inclusão de cirurgiões-dentistas em equipes de UTIs. Alegou-se que o profissional especializado em saúde bucal colabora de forma decisiva para diminuir o número de infecções ocorridas em UTIs, principalmente as pneumonias derivadas de placas bacterianas, e que sua atenção diminui o tempo de internação dos pacientes, o que gera economias superiores às despesas para contratar os profissionais especializados.

#### 10 - “Discutir os impactos da violência de gênero na saúde da mulher”

EDSON SANTOS



Data: 29.05.2008

Autora do Requerimento: Deputada Cida Diogo

Convidados: Representante da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Elizabeth Saar; Diretora Substituta do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Lena Peres; Professora e Pesquisadora da Universidade de Brasília – UNB, Lia Zanota.

A audiência pública enfatizou a dimensão da violência contra a mulher e a pesada carga cultural machista que a promove. A adoção de políticas públicas amplas e articuladas foi colocada como uma estratégia de ataque ao problema.

#### 11 - “Discutir o Projeto de Lei nº 4.342, de 2004, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para determinar o exame de habilitação para o exercício da medicina”; e “Debater a criação da Ordem dos Médicos do Brasil”

ELTON BOMFIM



Data: 05.06.2008

**Autores dos Requerimentos:** Deputado Armando Abílio, Leonardo Vilela e Rafael Guerra

**Convidados:** Diretora de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde, representando o Ministério da Saúde, Maria Helena Machado; Coordenador-Geral da Regulação e Negociação do Trabalho em Saúde do Ministério da Saúde, Nelson Santos; Presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson Oliveira; Presidente da Associação Médica Brasileira, José Luiz Gomes do Amaral; Coordenador Geral de Fluxos e Processos da Secretaria de Educação Superior, representando o Ministério da Educação, Rubens de Oliveira Martins; Presidente da Federação Nacional dos Médicos, Eduardo Santana.

Os presentes à audiência foram contrários à criação de um exame para o exercício da medicina nos moldes do exame da OAB. Os presentes entenderam que avaliações são necessárias, mas devem incidir sobre o processo formador dos futuros profissionais, estendendo-se ao longo do período de estudos. Enfatizou-se ainda que é preciso maior rigor na concessão de autorização para novos cursos e também fiscalização mais aprofundada sobre os cursos já em andamento. Discutiu-se também a criação da Ordem dos Médicos do Brasil.

#### 12 - “Debater questões ligadas ao tabagismo, tais como os custos de atendimento e tratamento de doenças provocadas ou agravadas pelo consumo do cigarro e as medidas adotadas para o controle do tabagismo”

ELTON BOMFIM



Data: 19.06.2008

**Autor do Requerimento:** Deputado Raimundo Gomes de Matos

**Convidados:** Chefe Substituta da Divisão de Controle do Tabagismo do Instituto Nacional do Câncer - INCA e Representante do Ministério da Saúde, Valéria Cunha de Oliveira; Gerente de Produtos Derivados do Tabaco da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Humberto José Coelho Martins;



Os presentes à audiência traçaram um extenso quadro da situação de saúde dos brasileiros em relação ao fumo e das ações que se tem tomado e se pretende tomar como políticas públicas. Apesar do consumo per capita de cigarros ter caído no Brasil, um dado preocupante é o crescimento do câncer de pulmão em mulheres, que avança a taxas superiores aos homens. Enfatizou-se também o fato do tabagismo ser considerado uma doença pediátrica, pois já atinge crianças e adolescentes. Foi discutida ainda a criação do Fundo de Reparação Civil, que recolherá recursos das empresas ligados ao fumo e os repassará para o SUS.

### 13 - “Prestar esclarecimentos sobre a situação dos Hospitais Universitários”



SEFOT

**Data:** 26.06.2008

**Autora do Requerimento:** Deputada Solange Almeida

**Convidados:** Presidente da ABRAHUE - Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino, ALAIR Benedito de Almeida; Coordenadora Geral de Atenção Hospitalar do Ministério da Saúde, Karla Larica Wanderley; Diretor de Hospitais Universitários Federais e Residências de Saúde da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, José Wellington Alves dos Santos.

A audiência apresentou amplo debate sobre os hospitais universitários. Destacou-se seu papel no atendimento à população e no SUS, sobretudo nos procedimentos de alta complexidade. Enfatizou-se a necessidade de novos concursos para estas instituições e discutiu-se aspectos da gestão, como a criação de fundações estatais para gerir os hospitais (Projeto de Lei Complementar nº 92/07) e o atual plano de metas pactuado com o governo. Houve também a discussão sobre o papel dos municípios e estados na manutenção dos hospitais universitários.

### 14 - “Debater o PL 2.511/2007 que altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial”



GILBERTO NASCIMENTO

**Data:** 03.07.2008

**Autora do Requerimento:** Deputada Rita Camata

**Convidados:** Coordenador de Propriedade Intelectual da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Luis Carlos Wanderley Lima; Coordenador da Campanha de Acesso a Medicamentos Essenciais, da Organização Médicos sem Fronteiras, Michel Lotrowska; Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, Jorge de Paula Costa Ávila; Diretor Executivo da Pró-Genéricos, Odnir Finotti; Presidente do Conselho Consultivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma, Jorge Raimundo Filho.

A discussão promovida na audiência pública abordou questões como a política de genéricos e acesso a medicamentos pela população de baixo custo. A questão técnica mais importante foi o papel do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e sua interpretação da legislação atual, sobretudo em relação à patente de segundo uso (o que ocorre quando se descobre uma nova indicação terapêutica para um remédio já em uso).

### 15 - “Discutir o Projeto de Lei n.º 3.299, de 2008, que altera o artigo 29 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, e revoga os artigos 3º, 5º, 6º e 7º da Lei n.º 9.876, de 26 de novembro de 1999, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social”



ELTON BOMFIM

**Data:** 10.07.2008

**Autor do Requerimento:** Deputado Fernando Coruja

**Convidados:** Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP), Hermélio Soares Campo; Advogado Previdenciário, Daisson Portanova; Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social da Secretaria de Políticas e Previdência Social do Ministério da Previdência Social, João Donadon; Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social – ANFIP, Assunta Di Dea Bergamasco; Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Leonardo Alves Rangel.

A audiência debateu o uso do Fator Previdenciário, instituto legal que calcula o valor das aposentadorias por tempo de contribuição a partir da idade do aposentado, seu tempo de contribuição e do valor de suas contribuições. O governo manifestou sua preocupação com a extinção do instrumento, pois sua ausência iria estimular aposentadorias precoces. Por outro lado, deputados e aposentados preocuparam-se com a questão de justiça social, sempre sacrificada quando se discute alterações na legislação previdenciária.

## 16 - “Debater sobre Políticas Públicas e Saúde do Homem”

RAMAR COSTA



**Data:** 07.08.2008

**Autor do Requerimento:** Deputado Rafael Guerra

**Convidados:** Chefe do Serviço de Urologia da Universidade de São Paulo – UNIFESP, Valdemar Ortiz; Diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Adson França; Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia, José Carlos de Almeida; Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia - Regional São Paulo, Ubirajara Ferreira, Presidente da Comissão do SUS da Sociedade Brasileira de Urologia, Aguinaldo Nardi.

Debateu-se na audiência questões referentes à saúde do homem, como vasectomia, câncer de próstata e de pênis. Dois elementos foram fundamentais na discussão: as questões culturais que desestimulam a presença dos homens nos serviços de saúde e a falta de recursos públicos para a área de saúde, que impedem um serviço de extensão e qualidade adequadas.

## 17 - “Discutir sobre o Plano de Carreira do Médico, o Piso Salarial da Classe Médica e a valorização do Médico no SUS”

LAYCER TOMAZ



**Data:** 14.10.2008

**Autor do Requerimento:** Deputado Rafael Guerra

**Convidados:** Coordenador da Comissão Nacional Pró SUS do Conselho Federal de Medicina, Geraldo Luiz Moreira Guedes; Diretora de Gestão e da Regulação do Trabalho da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, Maria Helena Machado; Secretário-Geral da Federação Nacional dos Médicos, Mário Fernando Lins; Diretor de Defesa Profissional da Associação Médica Brasileira, Roberto Gurgel.

Durante a audiência discutiu-se a necessidade de salários mais altos para as categorias profissionais que atuam no SUS. Argumentou-se que é preciso ter melhores salários para que seja possível levar atendimento de qualidade a todos os pontos do país. Em especial, os representantes dos médicos reivindicaram um piso específico para a categoria.

## 18 - “Debater as diretrizes para o exame de pedidos e concessão de patentes na área de fármacos, e a concessão de proteção patentária para novos usos de produto já conhecido”

EDSON SANTOS



**Data:** 30.10.2008

**Autor do Requerimento:** Deputado

**Convidados:** Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, Jorge de Paula Costa Ávila; Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Francelino José de Miranda Grando; Pesquisadora do Instituto Oswaldo Cruz, representando o Ministério da Saúde, Cláudia Inês Chamas; Segundo Secretário da Divisão de Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, Fábio Alves Schmidt.

Discutiu-se, em audiência, mais uma vez o assunto das patentes de fármacos, com ênfase na patente de segundo uso, o que ocorre quando um medicamento já patentado é patentado novamente para uma utilização nova. Foi discutida a importância das patentes para o desenvolvimento econômico da indústria e para os usuários de medicamentos, além de uma reflexão sobre o papel do INPI.

**19 - “Debater o Projeto de Lei 7029/2006 que acresce dispositivos ao art. 22 da Lei nº 6360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre registro e fracionamento de medicamentos para dispensação, e dá outras providências”**



**Data:** 06.11.2008

**Autor do Requerimento:** Deputado Arnaldo Faria de Sá

**Convidados:** Adjunto de Diretor da ANVISA- Agência Nacional De Vigilância Sanitária, Norberto Rech; Presidente da FEBRAFARMA - Federação Brasileira Da Indústria Farmacêutica, Ciro Mortella; 1º Vice-Presidente da ALFOB - Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil, Carlos Alberto Pereira Gomes; Vice-Presidente e Diretor Executivo da PRÓ-GENÉRICOS Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos, Odnir Finotti; Presidente da ABCFARMA - Associação Brasileira Do Comércio Farmacêutico, Pedro Zidói Sdoia; Coordenador-Geral de Assistência Farmacêutica Básica do Ministério da Saúde, José Miguel do Nascimento Júnior.

A audiência debateu a questão do fracionamento de medicamentos. Matéria polêmica entre os parlamentares, envolve interesses dos usuários, questões técnicas de produção e comerciais.

**20 - “Discutir a necessidade de mais recursos para a saúde em 2008 e o orçamento da saúde para 2009”**



**Data:** 12.11.2008

**Autor do Requerimento:** Deputado Darcísio Perondi

**Convidados:** Secretária Executiva do Ministério da Saúde, Márcia Bassit Lameiro Mazzoli; Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, Osmar Terra; Representante do Conselho Federal de Medicina, Geraldo Luiz Moreira Guedes; Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, José Caetano Rodrigues.

Discutiu-se, na audiência, a necessidade de mais recursos para o orçamento da saúde, tanto para o final do ano 2008 quanto para o exercício 2009. Apresentou-se explicitamente a ocorrência de déficits orçamentários que impediriam o bom andamento dos serviços, em prejuízo da população, e a necessidade de medidas urgentes para sanar o problema. Um aspecto objeto de discussão foi a estratégia governamental de conceder créditos orçamentários que não entrariam na base de cálculo para o ano futuro, o que foi visto como inadequado por alguns participantes.

**21 - “Esclarecimentos sobre o financiamento da União para o atendimento das crianças de 0 a 5 anos”**



**Data:** 13.11.2008

**Autor do Requerimento:** Deputados Eduardo Barbosa e Lobbe Neto

**Convidados:** Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ana Ligia Gomes; Diretora de Fortalecimento Institucional e Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, Cleusa Rodrigues Repulho; Coordenador Geral de Operacionalização do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB, Vander Borges.

A audiência focou a transição das creches atualmente em funcionamento para o cadastro de escolas do MEC, que pode trazer problemas no ano de 2009. Essa transição é necessária devido a implementação do Fundo de



Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que passará a financiar estas entidades em substituição aos recursos do Ministério do Desenvolvimento Social, mas as escolas têm apresentado problemas jurídicos para se enquadrar nas novas exigências legais.

## 22 - “Debater os temas constantes dos Projetos de Lei 6111/02, 6112/02 e 3030/04 que tratam de questões ligadas ao amianto”

JORGE CAMPOS



**Data:** 27.11.2008

**Autor do Requerimento:** Deputados Ronaldo Caiado e João Campos

**Convidados:** Gerente de Saúde Ocupacional da SAMA/S.A - Minerações Associadas, Milton do Nascimento; Secretário Adjunto de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia, Carlos Nogueira; Coordenador Regional CNTA - 1ª Região Sul -representando a Comissão Nacional dos Trabalhadores do Amianto, Nilton Pereira Campos; Presidente da Federação Internacional dos Trabalhadores do Amianto Crisotila, Adilson Conceição Santana.

Os convidados à audiência foram unânimes na defesa do uso responsável do amianto. Argumentou-se que a ciência evoluiu tanto nas técnicas de produção quanto na saúde laboral, o que tornou o uso da substância seguro. As críticas ainda hoje feitas ao produto foram creditadas aos interesses econômicos de empresas multinacionais, que gostariam de substituir o amianto por fibras sintéticas por elas produzidos.

## 23 - “Discutir o Projeto de Lei nº 2845/2003 que trata de prevenção e enfrentamento ao tráfico de seres humanos”

LUIZ XAVIER



**Data:** 11.12.2008

**Autor do Requerimento:** Deputada Gorete Pereira

**Convidados:** Secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior; Procurador da República no Estado de Goiás, representando a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Daniel Resende Salgado; Coordenadora do Escritório de Combate e Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos e Assistência à Vítima no Estado do Ceará, Eline Maria Marques Dantas.

A audiência sobre o tráfico de seres humanos teve como ponto principal a necessidade do Estado de realizar ações preventivas ao tráfico, sem estigmatizar as vítimas, as quais são, em geral, mulheres jovens em situação de vulnerabilidade. Discutiu-se também especificamente o Projeto de Lei 2845/03, sobretudo sua construção a fim de tornar mais célere e efetivo o sistema de combate aos traficantes e defesa das vítimas.

## AUDIÊNCIAS CONJUNTAS COM OUTRAS COMISSÕES (1)

### 24 - “Debater o tema do documento JUIZO, sobre o julgamento de menores infratores”.

**Data:** 10.04.2008

Audiência Conjunta com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

### 25 - “Altera o Sistema Tributário Nacional”

**Data:** 14.05.2008

Audiência Conjunta com a Comissão Especial destinada a proferir parecer à proposta de Emenda à Constituição nº 31-A, de 2007

### 26 - “Discutir o projeto de Lei nº3164, de 2008, que altera a redação da Lei nº 9294/96, sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcóolicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas”

**Data:** 17.06.2008

Audiência Conjunta com a Comissão de Ciência Tecnologia, Comunicação e Informática

### 27 - “Discutir o Projeto de Lei nº 3021/08 do Poder Executivo que “dispõe sobre a certificação de entidades beneficentes de Assistência Social, regula os procedimentos de isenção de contribuições pra a Seguridade Social e dá outras provicências”

**Data:** 17.06.2008

Audiência Conjunta com a Comissão de Educação e Cultura

### 28 - “Debater sobre o Projeto de Lei nº 4.076/2001, que ‘altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 para dispor sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde’, incluindo os procedimentos preventivos no rol dos serviços a serem oferecidos pelas empresas do setor”

**Data:** 05.11.2008

Audiência Conjunta com a Comissão de Fiscalização e Controle

### 29 - “Esclarecimentos Sobre Acesso ao Benefício de Plano de Saúde por todos os Servidores do Poder Executivo Federal e do Valor “Per Capita” de seu Custeio sob Responsabilidade da União”

**Data:** 04.12.2008

Audiência Conjunta com a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

---

(1) Estas audiências constituem-se na reunião conjunta dos membros de duas ou mais comissões. Neste item estão relacionadas aquelas que tiveram a participação dos membros da Comissão de Seguridade Social e Família mas tiveram a organização administrativa realizada por outras comissões. As reuniões conjuntas organizadas por esta Comissão estão listadas no item anterior.

### III - SEMINÁRIOS

#### 1 - “O Terceiro Setor no Brasil”



SEFOT

**Data:** 22.04.2008

**Autor do Requerimento:** Deputado Raimundo Gomes de Matos

**Convidados:** Procurador de Justiça do Ministério Público do DF e Territórios/MPDFT, José Eduardo Sabo Paes; Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Dom Dimas Lara Barbosa; - 3ª vice-presidente da Confederação Brasileira de Fundações/CEBRAF, Fernanda Gomes de Araújo; Superintendente da confederação das santas casas de misericórdia, hospitais e entidades filantrópicas/cmb, José Luiz Spigolon; Diretor do departamento de justiça, classificação e outorga de títulos - Ministério da Justiça, José Eduardo Romão; Prof. de direito tributário e processual tributário da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR e presidente do Instituto Brasileiro de Procedimento e Processo Tributário – IPPT, James José Marins De Souza; Secretário-geral do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas/GIFE, Fernando Rosseti.

O Seminário discutiu a importância e os desafios colocados para o Terceiro Setor no Brasil, sobretudo a reestruturação legal que se pretende implantar na filantropia, com importantes efeitos quanto à estrutura do setor no país. Ficou ressaltada a importância do setor se dar a conhecer à sociedade e classe política a fim de conseguir um tratamento adequado pelo Estado, sobretudo no referente à transparência e estabilidade de regras.

#### 2 - IV Fórum de Políticas Públicas e Saúde do Homem



ELTON BOMFIM

**Data:** 07.08.2008

**Autor do Requerimento:** Deputado Rafael Guerra

**Convidados:** Presidente da Sociedade Brasileira de Urologia, Dr. José Carlos de Almeida; Médico Urologista da Comissão de Honorários da Sociedade Brasileira de Urologia/SBU, Dr. César Bortoluzo; Professor Titular de Urologia da Unicep, Dr. Valdemar Ortiz; Coordenador da Área Técnica de Saúde do Homem do Ministério da Saúde, Dr. Ricardo Cavalcanti; Médico Urologista da Clínica Integra - Urologia e Saúde Integral/SP, Dr. Aguinaldo Nardi; Médico Urologista da Clínica Lane/SP, Dr. Ubirajara Ferreira; Chefe da Clínica Urológica do Hospital Ipiranga/SP, Dr. Sidney Glina; Médico Urologista da Clínica Lithocenter/BA, Dr. Modesto Jacobino; Médico Urologista membro da SBU, Dr. Luciano Favorito; Médico Urologista Membro da SBU, Dr. Sebastião Westphal.

O Seminário, que ocorreu em sua quarta edição na Câmara dos Deputados, teve discussões enfocadas nos problemas de saúde urológicos presentes na população brasileira. Apresentaram-se dados do SUS sobre a extensão do atendimento à população e também as novas ações sob coordenação do Dr. Ricardo Cavalcanti. A Sociedade Brasileira de Urologia apresentou a dimensão do serviço de urologia no Brasil, público e privado, as ações específicas da Sociedade para a divulgação das ações de saúde do homem e discutiu-se em especial o câncer de pênis, como um importante problema que ainda se alastra entre os homens brasileiros devido à falta de informação e atitude nos auto-cuidados.



### 3 - “20 anos do SUS”



GUSTAVO MORENO

**Data:** 07.08.2008

**Autor do Requerimento:** Deputado Dr. Rosinha

**Convidados:** Ministro da Saúde, José Gomes Temporão; Conselho Nacional de Saúde/CNS, Francisco Batista Júnior; Central Única dos Trabalhadores/CUT, Quintino Marques Severo; Centro Brasileiro de Estudos de Saúde/CEBES, Profª. Sônia Fleury; Movimento de Reintegração de Pessoas Atingidas pela Hanseníase / MORHAN, Artur Custódio Moreira de Souza; Membro da Comissão Nacional da Reforma Sanitária, Maria Luiza Jaeger; Secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, Dr. Antônio Alves de Souza; Conselho Nacional de Secretarias de Saúde/CONASS, Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, Luiz Roberto Barradas Barata; Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde/CONASEMS, Dr. Helvécio Magalhães Júnior; Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva/ ABRASCO e Fundação Osvaldo Cruz/FIOCRUZ, Dr. José da Rocha Cavalheiro; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social/CNTSS, Maria Apraécida Godói Faria.

A comemoração dos 20 anos do Sistema Único de Saúde foi marcada pela constatação dos avanços já realizados no sentido da universalização do direito à saúde e também dos desafios financeiros e administrativos a serem enfrentados. Foram enfatizadas a necessidade de mais recursos para o setor e a necessária mudança de concepção acerca do sistema, que não é apenas uma despesa mas, sobretudo, um setor economicamente dinâmico, importante para o país e que realiza um resgate social de extrema relevância.

## IV - PROPOSIÇÕES APRECIADAS NA COMISSÃO

### 1 - Proposições Aprovadas:

#### PL 1258/2007

*Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências.*

**Autor:** SENADO FEDERAL-PAULO PAIM

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Saraiva Felipe (PMDB-MG), pela aprovação. Em 12/03/08.

#### PL 1537/2007

*Acrescenta o art. 237-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.*

**Autor:** Sr. JUVENIL ALVES

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Rita Camata (PMDB-ES), pela aprovação. Em 19/03/08.

#### PL 1842/2007

*Cria o Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas.*

**Autor:** BEL MESQUITA

**Resultado:** Aprovado o Parecer com alteração: o Cadastro passa a ser “Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos”. Parecer da Relatora, Dep. Cida Diogo (PT-RJ), pela aprovação. Em 19/03/08.

#### PL 1940/2007

*Institui o Dia Nacional dos Portadores de Vitiligo.*

**Autora:** SOLANGE ALMEIDA

**Resultado:** Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Geraldo Resende. Parecer do Relator, Dep. Ribamar Alves (PSB-MA), pela aprovação. Em 26/03/08.

#### PL 4076/2001

*Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que “dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde” incluindo os procedimentos preventivos no rol dos serviços a serem oferecidos pelas empresas do setor.*

**Autor:** HENRIQUE FONTANA

**Resultado:** Aprovado o Parecer. Votaram a favor os Deputados: Angela Portela, Arnaldo Faria de Sá, Chico D'angelo, Cida Diogo, Darcísio Perondi, Geraldo Resende, José Linhares, Nazareno Fonteles, Roberto Britto, Solange Almeida, Luiz Bassuma, Pepe Vargas, Simão Sessim, Mauro Nazif, Paulo Rubem Santiago, Ribamar Alves, Valtenir, Dr. Nechar.

Votaram contra os Deputados Raimundo Gomes de Matos, Ronaldo Caiado, Eduardo Barbosa, Rodrigo Maia, Dr. Pinotti, Tonha Magalhães, Maurício Trindade, Rita Camata, Leandro Sampaio, Germano Bonow, Clodovil Hernandez e Jorge Tadeu Mudalen e absteve-se de votar o Deputado Jofran Frejat, apresentou voto em separado o Deputado Dr. Pinotti..

Parecer do Relator, Dep. Ribamar Alves (PSB-MA), pela aprovação deste, do PL 4078/2001, do PL 4469/2001, do PL 311/2003, do PL 2934/2004, do PL 7600/2006, do PL 756/2007, e do PL 4844/2001, apenas, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2003 ao PL 4469/2001 da CSSF, da Emenda 1/2004 ao

PL 3058/2004 da CSSF, do PL 4367/2001, do PL 4570/2001, do PL 7267/2002, do PL 71/2003, do PL 156/2003, do PL 1603/2003, do PL 1777/2003, do PL 2474/2003, do PL 3058/2004, do PL 3940/2004, do PL 4632/2004, do PL 6510/2006, do PL 1942/2007, do PL 2901/2008, do PL 7389/2002, do PL 1349/2003, do PL 4075/2004, e do PL 582/2007, apensados. Em 16/04/08.

### **PDC 410/2007**

*Aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Alemanha relativo ao projeto “Programa de Saúde e Saneamento Básico no Piauí”, concluído em Brasília, em 06 de setembro de 2006.*

**Autora:** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Nazareno Fonteles (PT-PI), pela aprovação. Em 16/04/08.

### **PL 1169/2007**

*Altera o Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, para incluir as pessoas com deficiência entre as isentas da taxa de licença à pesca amadora e dá outras providências.*

**Autor:** SENADO FEDERAL - SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Cida Diogo (PT-RJ), pela aprovação. Em 23/04/08.

### **PL 1135/1991**

*Suprime o artigo 124 do Código Penal Brasileiro*

**Autor:** ex-deputado EDUARDO JORGE

**Resultado:** Aprovado o Parecer do Relator pela rejeição dos PLs 1.135/91 e 176/95. Total de votantes: 33 Senhores Deputados. Votaram a favor do Parecer do Relator os Deputados Aline Corrêa, Geraldo Resende, Henrique Afonso, Jofran Frejat, José Linhares, Maurício Trindade, Nazareno Fonteles, Rita Camata, Roberto Britto, Solange Almeida, Eduardo Barbosa, Germano Bonow, João Bittar, Leandro Sampaio, Rafael Guerra, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo Maia, Ronaldo Caiado, Armando Abílio, Mauro Nazif, Dr. Talmir, Tonha Magalhães - Titulares; Costa Ferreira, Gorete Pereira, Íris de Araújo, Luiz Bassuma, Neilton Mulim, Simão Sessim, Tadeu Filipelli, Jorge Tadeu Mudalen, Manato, Valtênir Pereira, Miguel Martini - Suplentes. Parecer do Relator, Dep. Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), pela rejeição deste, e do PL 176/1995, apensado. Em 07/05/08.

### **PL 2929/1997**

*Permite às mulheres estupradas por parentes a interrupção da gravidez.*

**Autor:** Sr. WIGBERTO TARTUCE

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer..

Parecer da Relatora, Dep. Rita Camata (PMDB-ES), pela rejeição deste, e do PL 3744/2004, apensado. Em 07/05/08.

### **PL 2808/1997**

*Altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências”.*

**Autor:** Sr. JAIR BOLSONARO

**Resultado:** Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Pepe Vargas..

Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PMDB-MS), pela aprovação deste, e do PL 1596/2003, apensado, com substitutivo, e pela rejeição do PL 6081/2005, apensado. Em 14/05/08.

**PL-1695/2007**

*Dispõe sobre a obrigatoriedade de exames oftalmológico e auditivo nas escolas de ensino fundamental da rede pública.*

**Autor:** LOBBE NETO

**Resultado:** Aprovado, por Unanimidade, o Parecer com Complementação de Voto..

Parecer do Relator, Dep. Rafael Guerra (PSDB-MG), pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição da Emenda 1/2007 da CSSF, e do PL 2264/2007, apensado. Em 14/05/08.

**PL 2513/2007**

*Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.*

**Autor:** SENADO FEDERAL- PATRÍCIA SABOYA

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer..

Parecer da Relatora, Dep. Rita Camata (PMDB-ES), pela aprovação deste, e pela rejeição da Emenda 1/2008 da CSSF. Em 14/05/08.

**PLP 306/2008**

*Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo.*

**Autor:** SENADO FEDERAL - TIÃO VIANA

**Resultado:** Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Rafael Guerra (PSDB-MG), pela aprovação. Em 21/05/08.

**PL 2971/2004**

*Altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de Pai Social.*

**Autor:** NELSON PELLEGRINO

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Rita Camata (PMDB-ES), pela aprovação, com substitutivo. Em 28/05/08.

**PL 48/2007**

*Dá nova redação ao inciso V do art. 53, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.*

**Autor:** NEILTON MULIM

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Rita Camata (PMDB-ES), pela aprovação, com emenda. Em 28/05/08.

**PL 2237/2007**

*Acréscce o art. 30-A à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.*

**Autor:** VINICIUS CARVALHO

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Roberto Britto (PP-BA), pela aprovação, com substitutivo. Em 28/05/08.

**PL 2343/2007**

*Altera a pena de multa das infrações administrativas disciplinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.*

**Autor:** REGIS DE OLIVEIRA

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer..

Parecer da Relatora, Dep. Rita Camata (PMDB-ES), pela aprovação. Em 28/05/08.

**PL 6616/2006**

*Reabre o prazo para o acordo de revisão dos benefícios previdenciários previsto no art. 2º da Lei nº 10.999, de 15 de dezembro de 2004, que autoriza a revisão dos benefícios previdenciários concedidos com data de início posterior a fevereiro de 1994 e o pagamento dos valores atrasados nas condições que especifica.*

**Autor:** ANTONIO CARLOS MENDES THAME

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO), pela aprovação, com emenda. Em 04/06/08.

**PL 1098/2007**

*Altera a Lei nº 10.289, de 20 de setembro de 2001, que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a fim de garantir maior efetividade no combate à doença.*

**Autor:** SENADO FEDERAL - ANTONIO CARLOS VALADARES

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Saraiva Felipe (PMDB-MG), pela aprovação parcial deste, do PL 6710/2006, e do PL 3236/2004, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 5111/2005, apensado. Em 04/06/08.

**PL 2700/2007**

*Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, as Leis nºs 4.886, de 9 de dezembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e 10.666, de 8 de maio de 2003, para substituir o termo “auxílio-doença” por “auxílio-incapacidade”.*

**Autor:** RICARDO BERZOINI

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer..

Parecer do Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR), pela aprovação. Em 11/06/08.

**PLP 146/2004**

*Dispõe sobre a vedação às entidades fechadas de previdência complementar de aplicarem recursos em participações acionárias de empresas privadas que atuem no setor de bebidas, fumo, jogos, armas e munições e similares.*

**Autor:** LUIZ CARLOS HAULY

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado o Deputado Rafael Guerra. Parecer da Relatora, Dep. Solange Almeida (PMDB-RJ), pela aprovação, com substitutivo. Em 18/06/08.

**PL 526/2007**

*Altera o art. 60 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e revoga o art. 8º da Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, para regular os depósitos das disponibilidades financeiras da Seguridade Social.*

**Autor:** SENADO FEDERAL - PAULO OCTÁVIO

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação deste, da Emenda 1/2005 ao PL 5584/2005 da CSSF, e do PL 5584/2005, apensado, com substitutivo. Em 18/06/08.

**PL 955/2007**

*Dispõe sobre a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o LES - Lupus Eritematoso Sistêmico, e dá providências correlatas.*

**Autor:** Sr. AYRTON XEREZ

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer..

Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PMDB-MS), pela aprovação, com emenda. Em 18/06/08.

**PL 1899/2007**

*Concede ao idoso prioridade no processo de abertura de empresa e na aprovação de linha de crédito para empreendimentos, e dá outras providências.*

**Autor:** ULDURICO PINTO

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Leandro Sampaio (PPS-RJ), pela aprovação. Em 18/06/08.

**PL 2081/2003**

*Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, limitando a veiculação de espetáculo ou programa impróprio em local público ou em veículo de transporte público.*

**Autor:** JOÃO CAMPOS

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Pepe Vargas (PT-RS), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da CEC. Em 02/07/08.

**PL 6696/2006**

*Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, que dispõe sobre os ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial.*

**Autor:** JAIR BOLSONARO

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer..

Parecer do Relator, Dep. Manato (PDT-ES), pela aprovação. Em 09/07/08.

**PL 2426/1996**

*Restabelece a dedutibilidade, para efeito da apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas, das doações efetuadas às entidades de que trata o artigo 1º da Lei nº 3.830, de 25 de novembro de 1960.*

**Autor:** CUNHA BUENO

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), pela aprovação deste, do PL 2337/2000, do PL 2119/2003, do PL 3200/1997, do PL 3248/1997, do PL 3425/1997, do PL 3426/1997, do PL 4697/1998, do PL 1441/1999, do PL 1559/1999, do PL 2125/1999, do PL 3375/2000, do PL 3733/2000, do PL 5272/2001, do PL 938/2003, do PL 2097/2003, do PL 4251/2004, do PL 5579/2005, do PL 6274/2005, do PL 6725/2006, do PL 7144/2006, do PL 2864/2008, do PL 3073/2008, do PL 3368/1997, do PL 3389/1997, do PL 4002/1997, do PL 3205/2008, do PL 3206/2008, do PL 1220/2003, do PL 1388/2003, do PL 3550/2004, do PL 4034/2004, do PL 2702/2003, e do PL 2122/2007, apensados. Em 16/07/08.

**PL 468/2007**

*Dispõe sobre a criação do Programa de Combate e Prevenção ao Câncer de Pele junto aos pescadores em todo o território nacional.*

**Autor:** FLÁVIO BEZERRA



Resultado: Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. João Bittar (DEM-MG), pela aprovação. Em 16/07/08.

### **PL 1279/2007**

*Altera o valor da pensão especial concedida a Orlando Lovecchio Filho pela Lei nº 10.923, de 22 de julho de 2004.*

**Autor:** MÁRCIO FRANÇA

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Ribamar Alves (PSB-MA), pela aprovação, com substitutivo. Em 16/07/08.

### **PL 2374/2007**

*Acrescenta parágrafo ao art. 168 da Consolidação das Leis do Trabalho, para tornar obrigatório o exame de próstata para os trabalhadores do sexo masculino com idade a partir de quarenta anos.*

**Autor:** CLODOVIL HERNANDES

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto..

Parecer com Complementação de Voto, Dep. Germano Bonow (DEM-RS), pela aprovação. Em 16/07/08.

### **PDC 660/2008**

*Aprova o texto do Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, celebrado em Santiago, em 26 de abril de 2007.*

**Autor:** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Andreia Zito (PSDB-RJ), pela aprovação. Em 06/08/08.

### **PL 21/2007**

*Dispõe sobre a responsabilidade sanitária dos agentes públicos e a aplicação de penalidades administrativas.*

**Autor:** DR. ROSINHA

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Dr. Pinotti (DEM-SP), pela aprovação, com emendas. Em 08/10/08.

### **PL 256/2007**

*Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a adoção de legenda em filmes nacionais e em exibições de peças teatrais.*

**Autor:** EDUARDO BARBOSA

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Solange Almeida (PMDB-RJ), pela aprovação deste, do PL 327/2007, e do PL 1078/2007, apensados, na forma do Substitutivo apresentado na Comissão de Educação e Cultura - CEC. Em 08/10/08.

### **PL 3299/2008**

*Altera o art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e revoga os arts. 3º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social.*

**Autor:** SENADO FEDERAL - PAULO PAIM

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado a Deputada Rita Camata. Parecer do Relator, Dep. Germano Bonow (DEM-RS), pela aprovação. Em 08/10/08.

### **PL 1841/2007**

*Altera o inciso VIII do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre contribuição da*

*construção residencial unifamiliar à Seguridade Social.*

**Autor:** MARCELO ORTIZ

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Dr. Talmir (PV-SP), pela aprovação. Em 15/10/08.

### **PDC 663/2008**

*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira, de 24 de outubro de 1991, relativo ao Projeto “Saneamento Básico Ceará II”, concluído em 28 de junho de 2004.*

**Autor:** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), pela aprovação. Em 15/10/08.

### **PL 791/2007**

*Acrescenta parágrafos ao art. 18 do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 - Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.*

**Autor:** WALTER IHOSHI

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Germano Bonow (DEM-RS), pela aprovação, com emenda. Em 29/10/08.

### **PL 943/1999**

*Proíbe inversão de ordem dos nomes constantes na Lista Única de Transplantes do Sistema Nacional de Transplantes, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível. NOVA EMENTA DO SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL: Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplantes e tratamento, para proibir a inversão da ordem dos nomes constantes da lista única de espera, se houver leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível.*

**Autor:** VALDEMAR COSTA NETO

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Maurício Trindade (PR-BA), pela aprovação do SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PL 943/1999. Em 05/11/08.

### **PL 898/1999**

*Revoga dispositivos da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que “dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nos casos de contagem recíproca do tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências”, estende sua aplicação à compensação financeira entre os regimes próprios de previdência social dos servidores de que trata, e dá outras providências.*

**Autor:** LUIZ CARLOS HAULY

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), pela aprovação deste, e do PL 3907/2000, apensado, com substitutivo. Em 12/11/08.

### **PL 2013/2003**

*Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.*

**Autor:** SENADO FEDERAL - TIÃO VIANA

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PMDB-MS), pela aprovação. Em 12/11/08.

**PL 7520/2006**

*Obriga a feitura de curso de treinamento para o cargo de Conselheiro Tutelar.*

**Autor:** SANDRO MABEL

**Resultado:** Aprovado o Parecer Vencedor da Dep. Rita Camata. O parecer da Relatora, Dep. Andreia Zito, passou a constituir Voto em Separado. Parecer Vencedor, Dep. Rita Camata (PMDB-ES), pela aprovação. Em 12/11/08.

**PL 6483/2006**

*Dispõe sobre o fornecimento de alimentação diferenciada para crianças e adolescentes portadores de diabetes nas escolas públicas brasileiras.*

**Autor:** CELSO RUSSOMANNO

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Armando Abílio (PTB-PB), pela aprovação deste, do PL 509/2007, do PL 1673/2007, do PL 2182/2007, e do PL 1412/2007, apensados, com emendas, nos termos do Substitutivo da CEC. Em 19/11/08.

**PL 1266/2007**

*Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde, e dá outras providências.*

**Autora:** SUELI VIDIGAL

**Resultado:** Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Eduardo Barbosa e Germano Bonow. Parecer do Relator, Dep. Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), pela aprovação. Em 19/11/08.

**PL 2473/2003**

*Dispõe sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos.*

**Autor:** COLBERT MARTINS

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Manato (PDT-ES), pela aprovação. Em 26/11/08.

**PL 1164/2007**

*Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para incluir, no padrão de identidade e qualidade do alimento, a periodicidade de colheita de amostra, ensaio e análise, e, nos requisitos de higiene que integram esse padrão, os limites residuais toleráveis de anabolizantes e outras substâncias consideradas prejudiciais à saúde humana, que possam contaminar o alimento ou se originar em qualquer fase de seu processamento.*

**Autor:** SENADO FEDERAL - SERYS SLHESSARENKO

**Resultado:** Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Darcísio Perondi, Cida Diogo, Angela Portela e Germano Bonow, apresentou voto em separado o Deputado Pepe Vargas.

Parecer do Relator, Dep. Dr. Pinotti (DEM-SP), pela aprovação. Em 26/11/08.

**PL 1014/2003**

*Dispõe sobre a identificação e os padrões de qualidade da água adicionada de sais e envasamento para comercialização.*

**Autor:** RICARDO IZAR

**Resultado:** Parecer do Relator, Dep. Maurício Trindade (PR-BA), pela aprovação, com substitutivo. Parecer do Relator, Dep. Maurício Trindade (PR-BA), pela aprovação, com substitutivo. Em 03/12/08.

**PL 5800/2005**

*Altera a Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.*

**Autor:** MANOEL SALVIANO

**Resultado:** Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Geraldo Thadeu (PPS-MG), pela aprovação, com emendas. Em 03/12/08.

**PL 1124/2007**

*Direciona às Santas Casas de Misericórdia percentual da arrecadação das loterias e concursos de prognósticos administrados pela Caixa Econômica Federal.*

**Autor:** WALTER IHOSHI

**Resultado:** Aprovado o Parecer com Complementação de Voto. Parecer do Relator, Dep. Ronaldo Caiado (DEM-GO), pela aprovação, com substitutivo. Em 03/12/08.

**PL 1692/2007**

*Dispõe sobre as atividades de redução de danos entre usuários de drogas, visando a prevenir a transmissão de doenças, e dá outras providências.*

**Autora:** CIDA DIOGO

**Resultado:** Aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Rita Camata contra os votos dos Deputados Pastor Pedro Ribeiro, João Campos, Miguel Martini, Índio da Costa e Germano Bonow, apresentou voto em separado o Deputado Saraiva Felipe. O parecer do Relator, Dep. Dr. Talmir, passou a constituir Voto em Separado. Parecer Vencedor, Dep. Rita Camata (PMDB-ES), pela aprovação, com substitutivo. Em 03/12/08.

## 2 - Proposições Rejeitadas:

### PL 275/1999

*Institui o exame “check-up” anual gratuito, custeado pelo SUS, para pessoas a partir dos 50 anos de idade.*

**Autor:** ENIO BACCI

**Resultado:** Rejeitada em 19/03/08.

### PL 7549/2006

*Dá nova redação ao art. 1º e § 1º da Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, que “define, para fins de Previdência Social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário e dá outras providências”, para incluir o Auxiliar do Motorista Autônomo do Sub-sistema Local Urbano de Passageiros.*

**Autor:** DEVANIR RIBEIRO

**Resultado:** Rejeitada em 19/03/08.

### PL 2642/2003

*Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, e dá outras providências, e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.*

**Autor:** SENADO FEDERAL - ANTERO PAES DE BARROS

**Resultado:** Rejeitada em 26/03/08.

### PL 890/2007

*Institui a Semana Nacional de Conscientização e Prevenção à Anorexia Nervosa e Bulimia Nervosa, e dá outras providências.*

**Autor:** POMPEO DE MATTOS

**Resultado:** Rejeitada em 26/03/08.

### PL 1135/1991

*Suprime o artigo 124 do Código Penal Brasileiro*

**Autor:** EDUARDO JORGE

**Resultado:** Rejeitada em 07/05/08.

### PL 264/2007

*Altera o art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.*

**Autor:** INOCÊNCIO OLIVEIRA

**Resultado:** Rejeitada em 14/05/08.

### PL 2929/1997

*Permite às mulheres estupradas por parentes a interrupção da gravidez.*

**Autor:** WIGBERTO TARTUCE

**Resultado:** Rejeitada em 28/05/08.

**PL 17/2007**

*Dispõe sobre a atenção à saúde de brasileiros residentes no exterior.*

**Autor:** DR. PINOTTI

**Resultado:** Rejeitada em 11/06/08.

**PL 2345/2007**

*Atribui responsabilidade solidária pela reparação de danos materiais, morais, físicos de qualquer natureza, a todas as partes envolvidas no contrato de prestação de serviços, na forma que especifica.*

**Autor:** JUVENIL ALVES

**Resultado:** Rejeitada em 11/06/08.

**PL 1234/2007**

*Estabelece princípios e diretrizes para as ações voltadas para a educação nutricional e segurança alimentar e nutricional da população e dá outras providências.*

**Autor:** EDUARDO GOMES

**Resultado:** Rejeitada em 18/06/08.

**PL 1722/2007**

*Institui a ultra-sonografia como especialidade médica e dá outras providências.*

**Autor:** RIBAMAR ALVES

**Resultado:** Rejeitada em 02/07/08.

**PL 420/2007**

*Extingue a necessidade de afixação de edital de proclamas e sua publicação. .Altera dispositivo do Novo Código Civil e da Lei nº 6.015, de 1973, relativos à habilitação para o casamento.*

**Autor:** VACCAREZZA

**Resultado:** Rejeitada em 09/07/08.

**PL 6380/2005**

*Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, estabelecendo que o Ministério da Saúde irá avaliar refrigerantes e bebidas alcólicas como isentas de riscos à saúde, antes da sua liberação.*

**Autor:** EDSO DUARTE

**Resultado:** Rejeitada em 16/07/08.

**PL 3350/1997**

*Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Apoio à Saúde - PRONASA, com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor saúde.*

**Autor:** JOSÉ LINHARES

**Resultado:** Rejeitada em 13/08/08.

**PL 2747/2008**

*Cria mecanismos para coibir o abandono materno e dispõe sobre o instituto do parto anônimo e dá outras providências.*

**Autor:** EDUARDO VALVERDE

**Resultado:** Rejeitada em 03/09/08.

**PL 6919/2006**

*Altera a Lei nº 11.265, de 04 de janeiro de 2006, que “Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também de produtos de puericultura correlatos”.*

**Autor:** LEONARDO VILELA

**Resultado:** Rejeitada em 29/10/08.

**PL 2663/2000**

*Altera o art. 4º da Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998.*

**Autor:** SENADO FEDERAL - LUIZ ESTEVÃO

**Resultado:** Rejeitada em 12/11/08.

**PL 7202/2006**

*Dispõe sobre o cancelamento, exclusão e perda de benefícios e outras modalidades provenientes de Programas Sociais de Órgãos e Instituições Públicas.*

**Autor:** MANATO

**Resultado:** Rejeitada em 12/11/08.

**PL 1971/2007**

*Acresce dispositivo à Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.*

**Autor:** CARLOS SAMPAIO

**Resultado:** Rejeitada em 12/11/08.

**PL 3490/2004**

*Obriga a permanência de auxiliares de enfermagem em shopping centers para agilizar o atendimento de emergências.*

**Autor:** CARLOS NADER

**Resultado:** Rejeitada em 19/11/08.

**PDC 346/2007**

*Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para o Reconhecimento de Títulos de Medicina expedidos em Cuba, celebrado em Havana, em 15 de setembro de 2006.*

**Autora:** COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

**Resultado:** Rejeitada em 03/12/08.

## V - EMENDAS DA COMISSÃO

### 1 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

#### Emenda de Inclusão de Meta:

**Emenda nº 1/08** – Atenção à Saúde da População Negra

**Programa:** 1312 Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde/ Ação: 2B64 Atenção à Saúde da População Negra/ Acréscimo de Meta: 50 milhões de pessoas assistidas.

**Emenda nº 2/08** – Estruturação de Unidades de atenção Especializada em Saúde

**Programa:** 1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada/ Ação: 8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde/ Acréscimo de Meta: 3.805 Unidades estruturadas

**Emenda nº 3/08** – Implantação de Serviços de Atenção à Saúde da Mulher Vítima de Violência

**Programa:** 1312 Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde/ Ação: 7I26 Implantação de Serviços de Atenção à Saúde da Mulher Vítima de Violência/ Acréscimo de meta: 50 unidades

**Emenda nº 4/08** – Reformulação das Unidades de Atendimento da Previdência Social

**Programa:** 0085 Qualidade dos Serviços Previdenciários/ Ação: 5509 Reformulação das Unidades de Atendimento da Previdência Social/ Acréscimo de metas: 90 unidades de atendimento reformulada

**Emenda nº 5/08** – Serviço de Proteção Social Básica às Famílias

**Programa:** 1384 Proteção Social Básica/ Ação: 2A60 Serviços de Proteção Social Básica às Famílias/ Acréscimo de meta: 15.325.000 famílias

#### Emendas ao texto de lei:

**Emenda nº 1/08** – Corrige a tabela do SUS de acordo com a variação nominal anual do PIB.

Acrescenta-se ao art. 53, do capítulo de Seguridade Social, o seguinte inciso III – da correção da tabela do SUS de acordo com a variação nominal do PIB;

**Emenda nº 2/08** – Modifica o art. 4º.

Dê-se ao caput do art 4º a redação seguinte e acrescente-se a ele o parágrafo 3º:

“Art. 4º - As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2009, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos

Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e ao PPI, bem como àquelas constantes do Anexo I desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de

2009.

§ 1º O Poder Executivo justificará, na mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2009, o atendimento de outras despesas discricionárias em detrimento daquelas constantes do Anexo a que se refere o caput.

§ 2º Fica vedada a adoção, pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.



§ 3º As ações constantes no Anexo I desta Lei não serão objeto de limitação à programação de despesa para atender metas fiscais previstas pela Administração Pública Federal para o exercício de 2009.

**Emenda nº 3/08** – Obriga a publicação de impactos na execução de metas quando da limitação de empenho.

Acrescente-se ao art. 71 do projeto o seguinte § 9º:

“Art. 71 .....

§ 9º Os órgãos deverão divulgar no prazo de 20 dias úteis após o estabelecido no caput deste artigo o impacto da limitação de empenho e movimentação financeira nos programas e ações a seu cargo.

**Emenda nº 4/08** – Obriga o BACEM a explicitar os custos sociais de suas políticas.

Acrescente-se ao art. 112 do Projeto o seguinte inciso IV:

“Art. 112 .....

IV - Os custos sociais com a condução da atual política monetária, envolvendo a taxa de juros e a aquisição de reservas cambiais.

**Emenda nº 5/08** – Obriga o Poder Público a publicar demonstrativo de cumprimento de metas sociais.

Acrescente-se ao art. 4º o seguinte § 3º:

Art. 4º .....

§ 3º Fica o poder executivo obrigado a publicar demonstrativo de cumprimento de metas sociais, por metas físicas e financeiras, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, com avaliação do cumprimento das metas sociais relativas ao ano anterior. O desenvolvimento das ações para cumprimento dessas metas será amplamente divulgado, permitindo seu acompanhamento pela sociedade.

**Emenda nº 6/08** – Reajusta os benefícios da Previdência Social pelo índice do Salário mínimo.

Acrescente-se ao art. 53 o seguinte § 4º:

Art. 53 .....

§ 4º É assegurado a todos os benefícios mantidos pela Previdência Social o mesmo reajuste conferido ao salário mínimo.

**Emenda nº 7/08** – Suprime o art. 2º

Suprime-se o texto atual.

## 2 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

**Emenda nº 1/08** – Estruturação da Rede de Serviço de Atenção Básica de Saúde - Funcional 10.301.1214.8581.0001, meta 970 serviços estruturados, valor: 200 milhões de reais.

**Emenda nº 2/08** – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde – Funcional 10.302.1220.8535.0001, meta 900 unidades estruturadas, valor: 200 milhões de reais

**Emenda nº 3/08** – Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS – Funcional 09.271.0085.116V.0001, meta 715 unidades instaladas, valor: 404,7 milhões de reais.

**Emenda nº 4/08** – Serviço de Proteção Básica às Famílias – Funcional 08.244.1384.2A60.0001, meta 13.333.000 famílias, valor: 264 milhões de reais.

## VI - EDIÇÕES DO INFORMATIVO PLENÁRIO 7



Na reunião que definiu o roteiro de trabalho para o ano de 2008, o presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Jofran Frejat (PR-DF), propôs a continuidade da divulgação do Boletim Informativo da Comissão - Plenário 7, com periodicidade semanal.

O objetivo principal do Boletim é informar e dar transparência das atividades desenvolvidas pela Comissão, baseado em critérios estritamente jornalísticos. O espaço foi aberto a todos os parlamentares integrantes da Comissão, independentemente de qual partido pertença, privilegiando sempre os debates que resultem em melhorias na qualidade de vida para a população brasileira.

É conhecida a escassez de divulgação pela mídia dos trabalhos relativos às comissões técnicas da Câmara dos Deputados, o que demonstra a necessidade de as comissões possuírem assessor de imprensa, que dentro do possível, trabalhe em parceria com a Secretaria de Comunicação da Câmara (SECOM), na divulgação dos trabalhos.

A Constituição determina que o Estado deve prestar à população - de forma universal - saúde pública de qualidade e humanizada. E a divulgação dos projetos aprovados pela Comissão e dos debates sobre temas que afligem os brasileiros fazem parte deste processo.

Foram produzidas este ano 21 edições do Plenário 7 - disponíveis na página da Comissão ([http://www.camara.gov.br/comissoes/permanentes/cssf/plenário 7](http://www.camara.gov.br/comissoes/permanentes/cssf/plenário%207)), que divulgaram os resultados das 33 reuniões ordinárias, além de seminários e audiências públicas, sempre na busca de informar o cidadão dos assuntos que lhe dizem respeito.

**Antonio Júnior**

Assessor de Imprensa



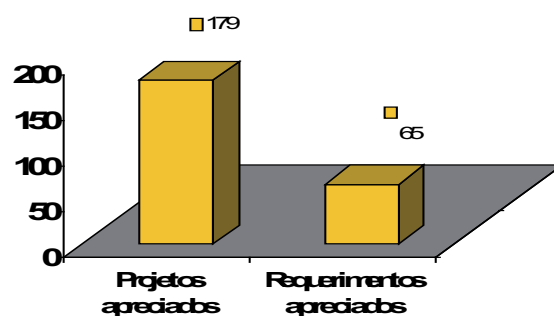
## VII. QUADRO ESTATÍSTICO E GRÁFICOS

### 1. PROPOSIÇÕES APRECIADAS

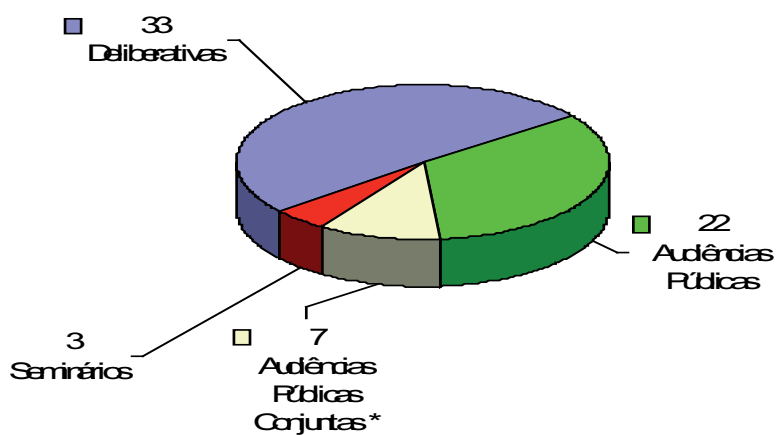
Projetos			Requerimentos		
Aprovados 114	Rejeitados 65	Total 179	Aprovados 65	Rejeitados 0	Total 65

### 2. GRÁFICOS

#### PROPOSIÇÕES



#### REUNIÕES REALIZADAS



\* 6(seis) audiências conjuntas coordenadas por outras Comissões





# Relatório 2008

SEFOT



Assistência Social

Saúde

Família

Previdência Social

